

Desertor dos BA's revela ligações internacionais do banditismo armado

por Alves Gomes

Até Julho deste ano, o exército da África do Sul continuava a manter contactos por rádio e a dirigir as movimentações dos bandidos armados, segundo nos afirmou Constantino Reis, que em finais de Julho se entregou às FPLM, depois de ter recebido a patente de oficial e ter participado em ataques contra colunas de abastecimento à Vila de Mutarara. Reis, que saiu de Moçambique em Setembro de 1982, procurava «uma bolsa de estudos» acabando por, na África do Sul, envolver-se profundamente com os bandidos armados.

Desertor das fileiras dos bandidos, Constantino Reis foi locutor da «Voz da África Livre», a rádio que até Março deste ano transmitia, a partir da África do Sul. Reis decidiu entregar-se «em resultado da política de clemência do Governo», numa altura em que era oficial e se encontrava a operar num acampamento situado perto de Sena, uma vila da Província de Sofala no centro do país.

Na entrevista que deu a vários jornalistas, o ex-estudante da Universidade Eduardo Mondlane, revelou importantes detalhes da «Operação MNR», dirigida a partir da África do Sul. Ele viveu durante cerca de um ano no

«campo político», dos bandidos situado em Walmerstaad, a cerca de 50 quilómetros da capital sul-africana, Pretória.

Constantino Reis fugiu de Moçambique em Setembro de 1982, quando ainda era estudante da Universidade de Educação, onde cursava Biologia e Química, em oposição ao facto de não poder tirar outro curso. Atravessou ilegalmente a fronteira para a Suazilândia onde, segundo nos afirmou, «o cônsul português ofereceu-se para me levar para a África do Sul a fim de eu poder prosseguir os meus estudos».

O contacto com o «cônsul português» de quem Constantino Reis diz não «se lembrar do no-

me», foi feito por indicação de «uns amigos e familiares». «Ele disse-me que não me podia ajudar na Suazilândia, mas que se quisesse me podia levar para a África do Sul, onde me poria em contacto com pessoas que podiam garantir a continuidade dos meus estudos.»

Reis, viajou com o «cônsul português», que a «Tempo» identificou como sendo o sr. Leite, até à fronteira entre a Suazilândia e a África do Sul a 2 de Outubro, tendo sido entregue em Komati-poort a elementos da migração que «me interrogaram durante várias horas». Em seguida foi «levado para Joanesburgo onde me puseram numa das instalações do «Grande Hotel», dirigido por um português chamado Rui Forjaz».

No dia a seguir ao da chegada a Joanesburgo Reis voltou a encontrar-se com «o cônsul português» que na altura se fazia acompanhar por Francisco Bomba «responsável dos assuntos sociais e cívicos» dos bandidos e irmão de Adriano Bomba, que no ano anterior havia desertado da Força Aérea Moçambicana com um avião «MIG 17».

Nos dias em que habitou nas instalações do «Grande Hotel», dirigido por portugueses que viveram em Moçambique, Reis en-

controu-se com Orlando Cristina, na altura «Secretário-Geral» dos bandidos assassinado em 1983, que lhe disse que só se «eu me inscrevesse no movimento me podiam garantir uma bolsa de estudos na Europa».

O seu contacto com Cristina, com quem viria a trabalhar de perto «enquanto esperava pela bolsa de estudos», introduziu Constantino Reis no emaranhado da desestabilização do exército sul-africano. Ele foi levado para «o campo político» em Walmers-taad, perto de Pretória, onde durante oito meses, de Outubro a Junho, trabalhou para a «Voz da África Livre» escrevendo notícias, fazendo locução e escutando noticiários da «BBC» e «Voz da América».

De acordo com o ex-estudante da Universidade Eduardo Mondlane, (que o Ministro da Segurança em Outubro prometeu reintegrar numa das faculdades), o «campo político» era uma «antiga farma», com oito casas, onde viviam Orlando Cristina, Francisco Bomba, e os locutores da «África Livre», para «além de haver a casa do presidente».

No período que ali viveu, Reis pôde constatar que o banditismo «era totalmente dirigido pelo exército da África do Sul». Regularmente eram visitados pelo Coronel Van Niekerk e por Roland Hunter (este último sentenciado em Outubro passado por acusação de ligações com o ANC), que levavam as fitas gravadas com os noticiários e que «faziam os pagamentos dos nossos salários». Segundo Reis, os «locutores recebiam 400 rands por mês, Orlando Cristina recebia mil quinhentos, Dhlakama (o «Presidente») 800 e Bomba também 800 rands».

Para Constantino Reis, Orlando Cristina era a charneira entre o exército sul-africano e os bandidos, até ao momento em que foi abatido a tiro no «campo político» a 17 de Abril de 1983. «Cristina tinha inclusivamente escritório na «Zanza House» em Pretória onde estão todos os departamentos administrativos do exército, com uma secretária que era a Lucinda Feijão». A secretária de Cristina era a mesma que

tinha trabalhado com ele na Rodésia, sendo irmã de Adelino Seraras Pires que actualmente se encontra preso na Tanzania acusado de preparar acções contra o Governo moçambicano.

No «campo político» havia um camião «Mercedes Benz» que servia de estúdio, onde eram gravados os noticiários da «África Livre» que, depois, eram levados por oficiais sul-africanos, ou pelo «sr. Monteiro, proprietário da pensão «Carvalho das Barbas» em Pretória», a fim de serem difundidas por uma estação emissora situada no bantustão de Bophutatswana.

Importantes detalhes sobre a morte de Orlando Cristina também foram revelados por Constantino Reis esta semana. De acordo com as suas palavras, Cristina foi morto cerca das 22.30 da noite do dia 17 de Abril «por um tiro de arma disparado de cima de uma árvore contra a sua cabeça quando estava a trabalhar no escritório que tinha na sua residência».

Orlando Cristina «tinha regressado cerca das vinte horas desse dia ao campo. Ele tinha estado na Europa e em casa do Vicente disse-nos para não desligarmos o motor da electricidade porque ia



Constantino Reis fugiu do banditismo quando «já não acreditava que eles pudessem fazer alguma coisa»

Reis, a partir de Janeiro de 1983, passou a trabalhar na casa de Cristina onde «arrumava a documentação e o arquivo dele, altura em que tive a oportunidade de verificar que aquilo tudo era uma coisa dirigida pelos sul-africanos. Vi muitos documentos sobre operações que deviam ser feitas em Moçambique assinadas pelo Coronel Van Niekerk», a mesma personagem referida em documentos dos bandidos, divulgados em Março de 1982 na «Tempo», depois da captura de uma importante base na província de Manica.

trabalhar até tarde. Na altura estavam no campo o Francisco Bomba, o Gideon Mahluzano, Vicente Ululu, Zacarias e os vários locutores, para além de um português».

Foi Mahluzano quem veio dar a notícia de que o «Cristina tinha levado um tiro. Ainda vi o seu corpo em cima da sua secretária, donde foi levado para o hospital». A afirmação de Reis põe de lado informações segundo as quais Cristina tinha sido morto por uma pessoa que escapara à vigilância dos seus guardas e o matara enquanto dormia. «Não

havia sentinelas em volta da sua casa, diz Reis, e como estava calor ele tinha aberto as janelas do seu escritório. O tiro foi disparado de cima de uma árvore onde até havia pegadas, tendo a bala entrado na parte superior da sua cabeça e «saído na zona do queixo».

Algumas horas depois, surgiram no campo elementos da polícia e do exército sul-africano que interrogaram todas as pessoas. O português até foi preso porque, na confusão, tinha agarrado numa arma e andava com ela na mão. Eu fui interrogado num carro que os polícias guiavam enquanto me faziam perguntas sobre que tipo de contradições é que havia, o que é que tinha ouvido, etc».

Nos dias que se seguiram ao assassinato, entre os habitantes do campo «falava-se já nas suspeitas de ter sido Bomba, que os polícias tinham levado, talvez para Pretória». Dez dias depois foram transferidos «à pressa para um quartel, porque os militares tinham medo que os jornalistas encontrassem aquele local». Aí, e ainda sujeitos a interrogatórios foi quando ouviu da boca do Tenente Johan que Francisco Bomba «já não pertencia a este mundo».

Para Constantino Reis a morte de Cristina, que ele descreve como «uma pessoa muito conflituosa», surge em resultado dos sul-africanos quererem criar «um bloco político» no seio dos bandidos «para mais tarde poderem negociar». Ele afirma que na altura da morte de Cristina já existia mal-estar no campo «dizendo-se que para além de ser português tinha pertencido à Pide e era branco. Numa reunião, que se tinha realizado em Março em Bona, na RFA, tinha-se inclusivamente proposto o seu afastamento devido a contradições que ele tinha criado.

É a partir deste «acidente», que Constantino Reis começa a duvidar do futuro dos bandidos, segundo nos afirmou. «Do campo político fomos levados para o quartel onde vivemos em caravanas e donde não podíamos sair, nem para comer as refeições.

Continuavam a pagar-nos os salários, mas o ambiente já era outro.»

Do quartel «não longe do campo», o grupo foi levado para uma farma abandonada perto da cidade de Pieterburgo no Transvaal, onde chegaram a 26 de Junho de 1983. No entanto, nessa altura, as «emissões foram suspensas durante um mês».

Em Julho desse ano o grupo foi novamente transferido «num camião completamente fechado que só parou junto a um avião Dakota. Aí disseram-nos que íamos para o interior. Foi então que conheci João Quental, que foi quem pilotou o avião para a Gorongosa, levando-nos a nós a um oficial sul-africano e a um grupo de cinco sabotadores». João Quental é um indivíduo de nacionalidade portuguesa que fugiu de Moçambique para a Rodésia em 1978, levando dois aviões.

Na serra da Gorongosa, aterraram cerca das 18.30. A partir de então, Reis recebeu como primeira missão construir uma escola numa «sub-base» da Gorongosa, vindo a ter contradições com alguns dos bandidos o que lhe valeu «ser chamboqueado como punição».

Constantino Reis recebeu depois treino militar no acampamento «Púnguè» também em Sofala, recebendo a graduação de oficial. Ali aprendeu a manejar uma AK-47 e todo o sistema de codificar e descodificar mensagens por rádio. Descontente, ao que nos afirmou, tentou discutir com os seus ex-colegas o futuro da guerra sem resultados, «porque aquela gente queixou-se imediatamente de mim». Em «Púnguè» ele chegou a participar em ataques contra as colunas que se dirigiam «a abastecer a vila de Mutarara» em Tete.

Nesse período diz ter assistido a actos muito violentos, nomeadamente «violação de crianças, mor-

tes brutais, abuso de poder, racismo e tribalismo». Chegou a «conhecer o comandante «Droga» que se gabava de beber o sangue das suas vítimas e estripar mulheres».

Devido às suas contradições na base «Púnguè», Reis foi transferido para o norte da Província de Sofala, «perto da estrada Sena-Marínguè, numa base de abastecimento». Aí foi quando começou a pensar na sua deserção o que veio a fazer a 10 de Julho passado. Ainda voltou a entrar num outro acampamento por ter sido descoberto, mas «pelo facto de ser oficial e ter comigo documentos descodificados consegui fazê-los acreditar que estava perdido», fugindo de novo até uma aldeia junto ao rio Zambeze onde se entregou ao exército moçambicano.

O ex-oficial desertor dos bandidos, que viveu no interior do País após a assinatura do Acordo de Nkomati afirmou-nos que quinze dias depois da assinatura do acordo houve dois descarregamentos aéreos na serra da Gorongosa, garantindo que «pessoalmente descodifiquei uma outra mensagem sobre dois barcos que vinham trazer armas para a costa de Sofala no distrito do Dondo».

Ao mesmo tempo, Constantino Reis, que fugiu quando «já não acreditava que eles pudessem fazer alguma coisa», diz que «todo o sistema de comunicações por rádio para a África do Sul continuava a funcionar até eu desertar». Cortado também nos disse ter conhecimento de muitos oficiais que têm desertado desde Janeiro passado, «mas que com medo de que a amnistia não exista, ou não seja respeitada, têm ido para o Malawi e Zimbábue». Reis disse-nos que pelo menos quatro oficiais da base «Púnguè» e «Nha-gadeshe» tomaram esta decisão. □